

Handwritten notes in blue ink:
M
me
Plufy
f

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS DO INESC PORTO

CONSELHO GERAL

Membros designados pela Universidade do Porto

José Carlos Diogo Marques dos Santos (Reitor da UP)

José Ângelo Mota Novais Barbosa (Presidente do Conselho de Administração da UPTec)

Luís António de Andrade Ferreira (Professor Associado da FEUP)

Daniel Bessa Fernandes Coelho (Director-Geral da COTEC Portugal)

Membros designados pelo INESC

José Manuel Nunes Salvador Tribolet (Presidente do Conselho de Directores e da Comissão Executiva do INESC)

Pedro Henrique Henriques Guedes de Oliveira (Vogal do Conselho de Directores e da Comissão Executiva do INESC)

Abílio Ançã Henriques (Vogal do Conselho de Directores e da Comissão Executiva do INESC)

Manuel Filipe Preto Garcia (Vogal do Conselho de Directores do INESC)

Membros designado pela FEUP

Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo (Director da FEUP)

Fernando Jorge Mendes Monteiro (Vice-Presidente do Conselho Científico da FEUP)

Membro designado pela FCUP

António Fernando Sousa Silva (Director da FCUP)

Membro designado pelo IPP

João Simões da Rocha (Presidente do ISEP)

MESA DO CONSELHO GERAL

Presidente: José Carlos Diogo Marques dos Santos

Primeiro Secretário: José Manuel Nunes Salvador Tribolet

Segundo Secretário: Fernando Jorge Mendes Monteiro

DIRECÇÃO

Presidente: José Manuel de Araújo Baptista Mendonça

Vogal: João Abel Peças Lopes

Vogal: Mário Jorge Moreira Leitão

Vogal: Vladimiro Henrique Barrosa Pinto de Miranda

Vogal: José Carlos Caldeira Pinto de Sousa

Comissão Executiva

Presidente: José Manuel de Araújo Baptista Mendonça

Mário Jorge Moreira Leitão

José Carlos Caldeira Pinto de Sousa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Miguel Nuno da Cruz Brito Pereira

Vogal: Pedro Nuno Barros Santiago

ROC: Deloitte & Associados - SROC, S.A., representada por Jorge Beja Neves, como efectivo, e António Manuel Martins Amaral, como suplente



Handwritten notes in blue ink:
M
com
Phy.
A

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente: Manuel António Cerqueira Costa Matos

Membros designados pela Direcção:

José Alfredo Ribeiro da Silva Matos
Alberto de Almeida Ferreira
Gabriel de Sousa Torcato David

Membros designados pelas Unidades:

Paulo Vicente da Silva Marques (UOSE)
Manuel Joaquim Bastos Marques (UOSE)
Manuel António Cerqueira da Costa Matos (USE)
João Paulo Tomé Saraiva (USE)
José António Ruela Simões Fernandes (UTM)
Luís António Pereira de Meneses Corte-Real (UTM)
Jorge Manuel Pinho de Sousa (UESP)
António Manuel Lucas Soares (UESP)
Ângelo Manuel Rego e Silva Martins (USIG)
João Alberto Vieira de Campos Pereira Claro (UITT)
Américo Lopes de Azevedo (ROBIS)

Extensão ao INESC Porto Laboratório Associado:

Pavel Brazdil (LIAAD)
Fernando Manuel Augusto da Silva (CRACS)
José António Sarsfield Cabral (UGEI)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO CIENTÍFICO

Presidente: José Carlos Príncipe (Universidade da Florida, EUA)

Volker Stich (Aachen University of Technology, Alemanha)
Michel Schöll (INRIA- Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique, França)
John O'Reilly (University College of London, Reino Unido)
Leonardo Chiariglioni (Digital Media Project, Itália)
Tomaz Gómez (Universidad Pontificia Comillas, Espanha)
Faramarz Farahi (University of North Carolina at Charlotte, EUA)

Extensão ao INESC Porto Laboratório Associado:

José A. B. Fortes (University of Florida)
Maarten van Someren (Universiteit van Amsterdam)



Handwritten notes in blue ink:
A
M
som
Phy.
Z

1. INTRODUÇÃO GERAL

1.1 - NOTAS PARA UM SUMÁRIO EXECUTIVO

Em contraciclo com a actual conjuntura recessiva, é de realçar, para além dos resultados positivos registados durante o ano de 2010, o facto do INESC Porto ter continuado a crescer, registando um aumento de 26% no Volume de Actividade. Nesta evolução, é de salientar o crescimento significativo da actividade de Programas Europeus, depois de ultrapassado o atraso inicial no arranque lento dos projectos do 7º Programa Quadro, para um dos valores mais elevados dos últimos dez anos. Também ao nível da actividade de Programas Nacionais se observa um acréscimo muito considerável, resultante, principalmente, dos projectos de I&D em Co-Promoção financiados pelo QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional. Ainda nesta vertente, acresce a contribuição proveniente de faculdades diversas da Universidade do Porto correspondente às actividades dos docentes nesses mesmos projectos QREN.

Finalmente, mas não menos importante, é ainda de realçar o aumento, ainda que modesto, no volume de actividade de Prestações de Serviços, apesar do actual contexto económico ser altamente restritivo para esta actividade, em linha com a estratégia adoptada do aumento do peso desta actividade no total das fontes de financiamento da instituição. Finalmente, de realçar a manutenção, no ano de 2010, do equilíbrio económico da instituição.

1.2 - FONTES DE PROVEITOS

Em termos da actividade segmentada por tipo de fonte de proveitos, a estrutura alterou-se ligeiramente, com um aumento da proporção da actividade de Programas Nacionais de 38% para 41%. Também os proveitos resultantes dos financiamentos de projectos europeus apresentam um acréscimo no contributo para a actividade global da instituição, representando, em 2010, 14% dos proveitos totais da instituição. A este acréscimo não terá sido alheio o esforço significativo de submissão de propostas ao 7º Programa Quadro, cujos projectos entretanto aprovados e iniciados, permitiram retomar o nível de financiamento de anos anteriores. Por outro lado, em virtude da incerteza relativamente ao financiamento plurianual associado ao estatuto de Laboratório Associado, optou-se, prudentemente, por reduzir o montante contabilizado desse financiamento, mas os projectos aprovados no âmbito Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) mais do que compensaram essa redução.

Handwritten notes in blue ink:
A stylized signature or initials at the top right.
Below it, the letter 'u' followed by a horizontal line.
Further down, the word 'Physics' written in a cursive style.
At the bottom of the notes, a large, stylized letter 'J'.

1.3 - INSTALAÇÕES

Durante o ano de 2010, a parte maioritária da actividade foi desenvolvida no edifício da Asprela, junto das instalações da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, sendo de relevar ainda, pelo seu peso, aquela que é desenvolvida pela Unidade de Optoelectrónica e Sistemas Electrónicos, que opera dentro das instalações da Faculdade de Ciências da mesma Universidade, em áreas cedidas ao INESC Porto. De referir ainda que os grupos que se associaram recentemente ao INESC Porto LA desenvolvem a sua actividade nas instalações da Faculdade de Engenharia da UP (UGEI e ROBIS), da Faculdade de Ciências da UP (CRACS), da Faculdade de Economia e em instalações cedidas para o efeito pela Reitoria da UP (LIAAD).

Handwritten notes in blue ink:
 me
 u
 Phob/
 7

2. INVESTIMENTOS

O valor do activo não corrente adquirido durante o ano de 2010 totaliza € 792.561,21, líquido de alienações. Este montante contempla: o investimento realizado em Equipamento Básico; Equipamento Administrativo; Activos Fixos Diversos; e ainda o aumento do valor do Investimento Financeiro, resultante do aumento de capital da Fibersensing (€ 58.000) e da conversão de € 264.000 de suprimentos em Prestações Acessórias, igualmente na Fibersensing, e ainda o aumento de capital da Audolici (€ 55.321). Este valor inclui ainda € 67.280 relativo a despesas com a construção do novo edifício, bem como € 70.136 relativo ao direito de superfície para construção do novo edifício.

O investimento é dedicado em cerca de 48% à aquisição de equipamento de carácter científico e laboratorial, tendo sido em parte financiado pela actividade interna e na parte restante por subsídios ao investimento atribuídos pelas diversas entidades financiadoras.

<u>Rubrica de investimento</u>	<u>Valor de Aquisição</u>
Edifícios e Outras Construções	67.280,00
Equipamento Básico	254.263,49
Equipamento Administrativo	22.030,72
Activos Fix. Tangíveis Diversos	5.280,00
Direito de Superfície	70.136,00
Investimento Financeiro	373.571,00
TOTAL	792.561,21

Quadro I

Os gastos de depreciação do exercício totalizam € 447.568,00.

O valor do activo fixo tangível total ascende a € 668.580 conforme se apresenta no Quadro II. A Fig. 1 ilustra a evolução do valor Activo Fixo Tangível Bruto nos últimos três anos.

Activos Fixos Tangíveis	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento Básico	3.865.990,57	3.326.344,89	539.645,68
Equipamento Transporte	54.728,58	54.728,58	0,00
Ferramentas e Utensílios	2.422,30		2.422,30
Activos Fix. Tangíveis Diversos	60.771,98	52.247,78	8.524,20
Equipamento Administrativo	137.854,83	100.201,82	37.653,01
Edifícios e Outras Construções	82.280,00	1.945,60	80.334,40
Total	4.204.048,26	3.535.468,67	668.579,59

Quadro II

Handwritten notes:
 M
 P. P. P.
 J

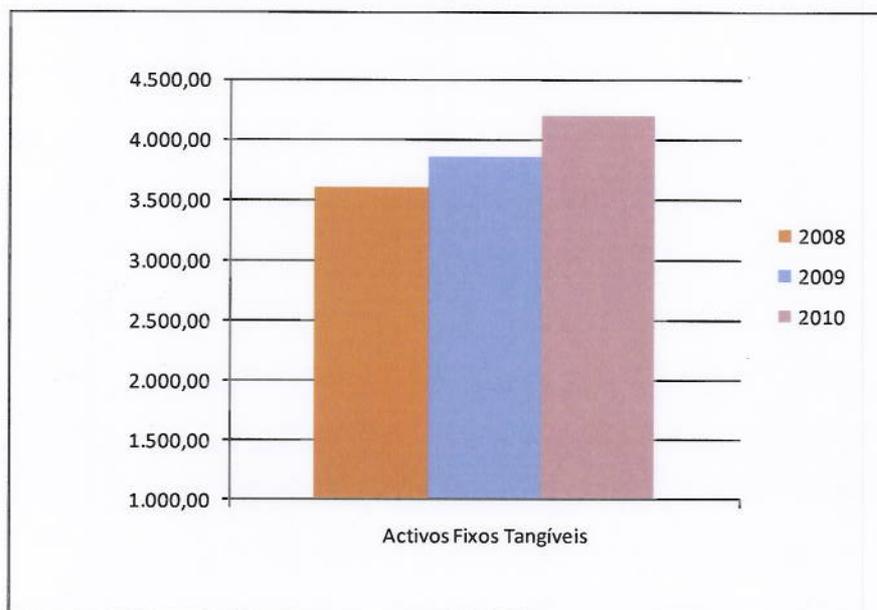


Fig. 1- Evolução do Activo Fixo Tangível (milhares de Euros)

3. RECURSOS HUMANOS

O Quadro III e as Fig. 2 e 3 apresentam a estrutura de Recursos Humanos a 31 de Dezembro de 2010, e neles pode verificar-se o aumento de 78 colaboradores face a 2009.

Tipo de Ligação		Número de Pessoas
RH Integrados	Contratados	41
	Docentes Ensino Superior	120
	Bolseiros	204
	Estrutura (Central e Local)	48
Convidados e Colaboradores I&D		42
Estudantes Formação Inicial		26
Total Global		481

Quadro III

Handwritten notes in blue ink:
 J
 re
 Phoff
 J

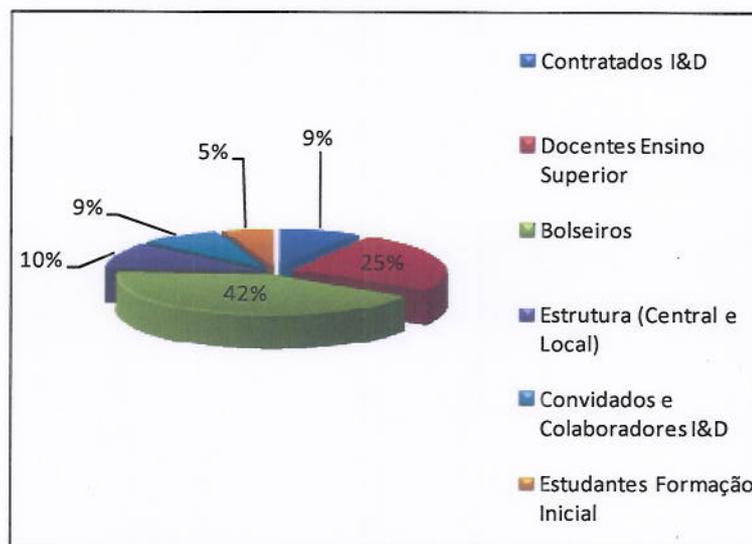


Fig. 2- Estrutura de Recursos Humanos

A variação da estrutura de recursos humanos desde 2009, apresentada na Fig. 3, demonstra que os números globais sofreram um aumento significativo à custa sobretudo do aumento do número de bolseiros (+89), mas também dos docentes (+12), fortemente relacionados com o aumento do número de projectos financiados e com a adesão de novos grupos ao Laboratório Associado.

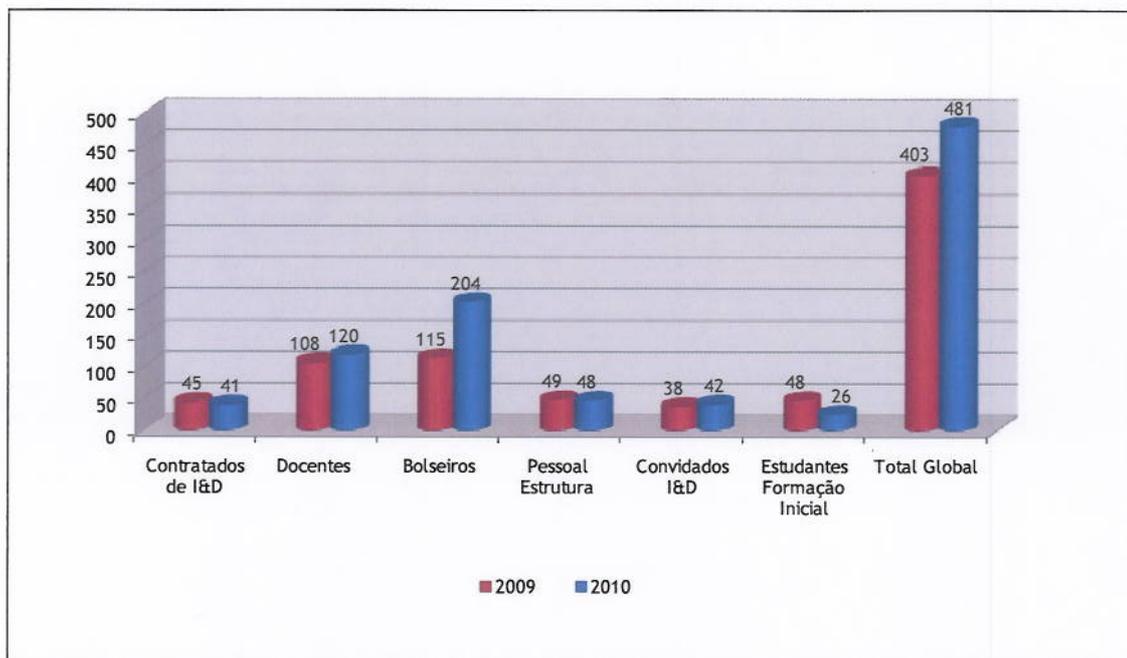


Fig. 3- Evolução dos Recursos Humanos

No tocante à valorização de recursos humanos, foram levadas a cabo algumas acções específicas de formação cujo custo, ao longo de 2010, ascendeu a € 7.350,80.



Handwritten notes in blue ink: a signature, the letter 'm', the word 'Plan', and the number '7'.

4. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

4.1 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E IMPACTO INSTITUCIONAL

Segundo dados do INE, o Produto Interno Bruto português aumentou 1,4% em 2010, depois de ter decrescido 2,5% no ano anterior. Esta subida deveu-se sobretudo ao contributo da procura interna (que passou de -3,2 pontos percentuais em 2009 para 0,9 pontos percentuais em 2010), mas também da procura externa (0,5 pontos percentuais), reflectindo um crescimento das exportações superior ao das importações. No 4.º trimestre de 2010, o PIB aumentou 1,2% face ao período homólogo de 2009, embora tenha decrescido face ao trimestre anterior em 0,3%, devido ao impacto das medidas de consolidação orçamental necessárias para enfrentar a crise das dívidas soberanas. Neste 4.º trimestre, o contributo da procura externa manteve-se positivo, com as exportações a crescerem 8,7% (tinham diminuído 11,6% em 2009) e as importações a crescerem apenas 5,3%.

As projecções para a economia portuguesa apontam para que a actividade económica registe uma contracção de 1,3% em 2011 e um crescimento limitado em 2012 (0.6%)¹. Esta evolução da economia portuguesa será marcada pelo reforço do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de mais de uma década. As actuais projecções caracterizam-se pela ligeira diminuição das necessidades de financiamento das famílias e das empresas e supõem, em particular, uma significativa consolidação orçamental, num quadro de queda substancial da procura interna. O crescimento do PIB na zona euro, de acordo com os pontos médios dos intervalos de projecção publicados pelo BCE no Boletim Mensal de Dezembro de 2010, será substancialmente superior, situando-se em 1,4% e 1,7%, respectivamente, em 2011 e 2012 (1,7% por cento em 2010).

Neste quadro macroeconómico, as perspectivas de crescimento da economia portuguesa serão significativamente afectadas no curto prazo pelo processo de consolidação orçamental.

Este contexto adverso exigiu um esforço adicional de contenção de custos por parte da gestão manifestado, especialmente, pela manutenção dos custos da estrutura de apoio, apesar do significativo acréscimo da actividade.

Do lado da actividade de I&D, importa referir a consolidação e reforço da intervenção com impacto económico, bem demonstrado pelo crescimento de projectos de consultoria e serviços de I&D e também de projectos de I&D em Co-Promoção financiados pelo QREN. Importa também realçar os resultados positivos obtidos no concurso lançado pelo QREN, no âmbito dos projectos âncora inseridos nas Estratégias de Eficiência Colectiva, reconhecidas como Pólos de Competitividade e Tecnologia & Outros Clusters (projectos mobilizadores), no qual das 7 candidaturas submetidas foram aprovados 5 projectos que se iniciarão em 2011.

¹ Fontes INE e Banco de Portugal



Handwritten notes in blue ink:
g
μ
Pbpy
J

No que respeita ao 7.º Programa Quadro de I&DT da CE, para além de terem sido submetidas algumas propostas nos concursos de 2010, as submissões anteriores resultaram em 12 projectos com actividade ao longo do ano e em mais dois projectos entretanto aprovados.

Paralelamente intensificou-se a procura de estabelecimento de parcerias internacionais, já consubstanciada em diversos projectos em curso ou planeados no Brasil.

Finalmente, destaca-se a continuação da aposta estratégica na área da energia, prevendo-se o início em breve da construção do novo edifício que irá acolher a Infraestrutura Tecnológica para a Energia Sustentável.

4.2 - ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2010, o volume de actividade (Vendas e Serviços Prestados, Programas Europeus e Programas Nacionais) do INESC Porto atingiu o montante de € 8.300.270, representando um acréscimo de 26% (€ 1.714.781) face ao ano anterior. Este resultado deve-se essencialmente ao aumento de 32% no volume de rendimentos relativos a Programas Nacionais (€ 1.014.775), mas também ao aumento de 55% dos Programas Europeus (€ 476.432). Os serviços prestados também apresentam uma evolução favorável face ao período homólogo, com um crescimento de 9% (€ 223.574). Consequentemente, os Rendimentos Operacionais apresentam um acréscimo de 20% (€ 1.656.871).

O Cash Flow Operacional/EBITDA (ou Resultado Operacional + Depreciações + Provisões e Imparidades - Subsídio ao Investimento) totalizou € 358.407, tendo aumentado 59% relativamente a 2009 (€ 132.793), em consequência do aumento do resultado operacional e do aumento mais do que proporcional das depreciações e Provisões face ao subsídio ao investimento. O Resultado Operacional ascende a € 23.499, indiciando que os Rendimentos Operacionais são suficientes para fazer face aos Gastos Operacionais incorridos.

O Resultado Financeiro negativo (-€ 4.515) deve-se maioritariamente aos custos com os serviços bancários, bem como, com garantias bancárias exigidas por diversas entidades e uma pequena parte a juros de dívida bancária. O custo do serviço da dívida bancária, fruto da necessidade de recorrer ao crédito para fazer face a necessidades de tesouraria, totaliza € 3.376, representando 18% dos gastos financeiros. Cerca de 66% destes gastos correspondem ainda a gastos de diversos serviços bancários, ascendendo a € 12.082. Finalmente, 15% dos gastos de financiamento incorridos corresponde ao custo da emissão de garantias bancárias (€ 2.761).

O Resultado Líquido do período, que iguala o Resultado antes de Impostos, fruto da isenção de IRC atribuída, é positivo, no montante de € 18.984, bastante superior ao resultado verificado em 2009, após os ajustamentos necessários em SNC.

J *ma*
re
plu
f

Rubrica de Gastos	2010	2009	Δ 10/09	Δ %
Fornecimentos e Serviços Externos	4.480.460	3.702.694	777.766	21%
Gastos com Pessoal	4.767.308	4.097.533	669.775	16%
Gastos de Depreciação/Provisões e Imparidades	550.161	379.520	170.641	45%
Outros Gastos e Perdas	207.519	159.929	47.590	30%
Gastos e Perdas de Financiamento	18.316	28.571	-10.255	-36%
TOTAL	10.023.764	8.368.247	1.655.517	20%

Quadro IV - Principais componentes da Estrutura de Gastos

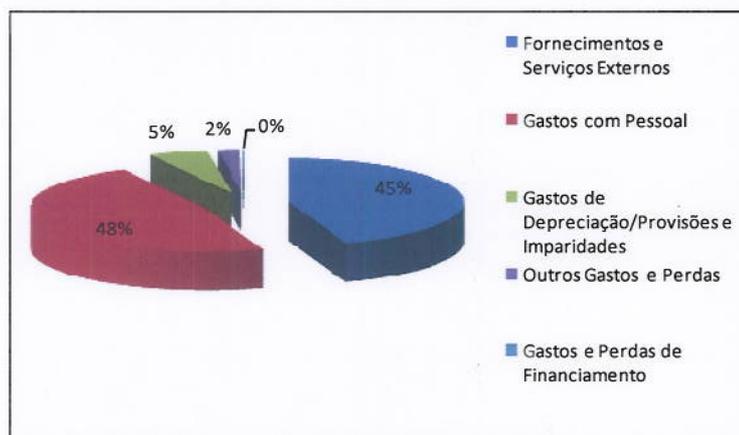


Fig. 4- Estrutura de Gastos

O total dos Gastos (Quadro IV e Fig. 4) ascende a € 10.023.764, sendo as suas componentes de maior dimensão os Gastos com Pessoal (48%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (45%).

Acresce que os Fornecimentos e Serviços Externos são maioritariamente compostos pelos custos com os Investigadores Universitários (€ 1.710.756), que analiticamente deverão ser equiparados a gastos com pessoal, uma vez que reflectem o custo com a mão-de-obra dos Universitários cedidos ao INESC Porto através do protocolo estabelecido com a Universidade do Porto. Os gastos com Viagens ascendem a € 442.259; com Comunicações a € 85.820; com Seguros a € 127.833 e com Rendas e Alugueres a € 119.346. Os Honorários ascendem a € 385.348, dos quais 61% (€ 233.867) dizem respeito a complementos de bolsa decorrentes das avaliações trimestrais de desempenho dos bolseiros.

Do montante total dos Outros Gastos e Perdas, 71% (€ 146.958) são encargos com Reuniões e Conferências e 13% são encargos com quotizações (€ 26.897).

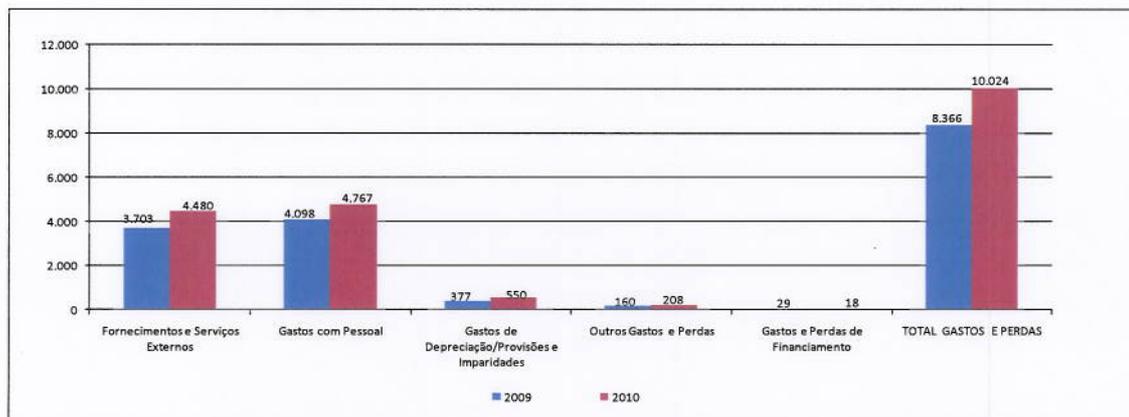


Fig. 5- Comparação Gastos (milhares de euros)

Comparando com o período homólogo, observa-se um acréscimo nos Gastos Totais de 20% (€ 1.655.517). As rubricas que mais contribuíram, em valor absoluto, para este acréscimo foram os Fornecimentos e Serviços Externos, com um crescimento de 21% (€ 777.766), na sua grande parte devido ao aumento das Remunerações Complementares dos Docentes (€ 228.951), do aumento dos encargos com honorários em geral e mais especificamente com a avaliação trimestral dos bolseiros (€ 107.838), mas também devido ao aumento das viagens (€ 101.584) e dos trabalhos especializados diversos (€ 210.070).

Os Gastos com Pessoal aumentaram 16% (€ 669.775) como resultado do aumento de 61% dos encargos com Bolseiros (€ 419.148), mas também do aumento de 7% dos gastos com pessoal contratado (€ 250.628). Estes gastos representavam, em 2010, 57% do volume de actividade (Vendas e Serviços Prestados+Programas Europeus+Programas Nacionais) da instituição, verificando-se uma redução de cinco pontos percentuais face ao período homólogo.

Se incluirmos nestes encargos os custos com os Docentes Universitários, as remunerações complementares, e os Honorários, esses ascenderiam a € 7.419.344, com um peso nos gastos totais da instituição de 74% e um peso nos Rendimentos Operacionais de 74%.

Rubrica de Rendimentos	2010	2009	Δ 10/09	Δ %
Vendas e Serviços Prestados	2.797.111	2.573.537	223.574	9%
Programas Europeus	1.348.364	871.932	476.432	55%
Programas Nacionais	4.154.795	3.140.020	1.014.775	32%
Outros Rendimentos e Ganhos	1.728.677	1.788.638	-57.961	-3%
Rendimentos Financeiros	13.801	1.013	12.788	1.262%
TOTAL	10.042.748	8.375.140	1.667.608	20%

Quadro V - Principais componentes da Estrutura de Rendimentos

Handwritten notes:
 M
 Platf.
 J

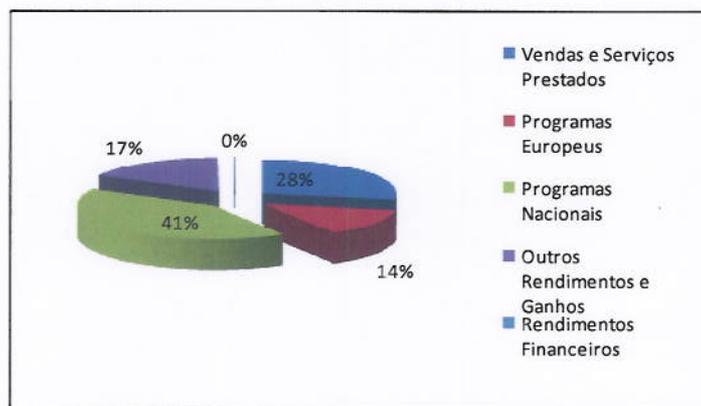


Fig. 6 - Estrutura de Rendimentos

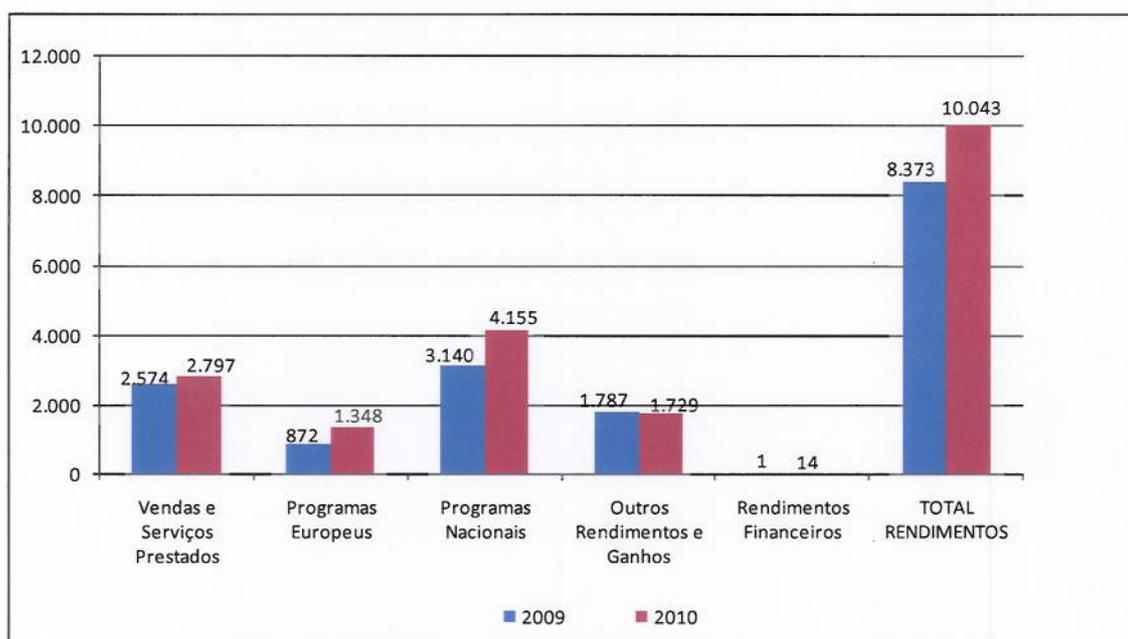


Fig. 7 - Comparação de Rendimentos (milhares de euros)

Relativamente à estrutura de Rendimentos (Quadro V e Figs. 6 e 7), verifica-se uma alteração face a 2009 e que se traduz basicamente num aumento significativo dos rendimentos decorrentes dos Programas Nacionais, relativamente às outras fontes de financiamento. Assim, em 2010, do total de rendimentos, 28% são relativos à actividade de prestação de serviços, quando em 2009 essa percentagem era de 31%. Os rendimentos relativos a Programas de financiamento da Comissão Europeia, registados em Programas Europeus, representam 14% do total, correspondendo a um aumento de quatro pontos percentuais face ao período homólogo. Os Programas Nacionais, que incluem os financiamentos directos de entidades nacionais, bem como o rendimento relativo à participação de Instituições de Ensino Superior Associadas em Projectos QREN e o Subsídio ao investimento, representam 41% do volume total de rendimentos, aumentando a proporção em três pontos percentuais face ao último exercício.

Handwritten signature

Do total dos rendimentos, 17% corresponde, ainda, a Outros Rendimentos que resultam essencialmente da contabilização da contrapartida por parte da Universidade do Porto, correspondente à utilização das instalações e recursos do INESC Porto pelos docentes/investigadores universitários.

O acréscimo do total de Rendimentos (€ 1.667.608) deve-se essencialmente aos seguintes factores:

- Acréscimo de 32% nos rendimentos de financiamentos nacionais resultante por um lado do aumento do número de projectos nacionais, mas também da contabilização dos rendimentos de projectos QREN com entidades associadas, já que o montante contabilizado do financiamento plurianual/laboratório associado diminuiu.
- Acréscimo de 55% nos rendimentos relativos aos Programas Europeus (€ 476.432), maioritariamente resultante dos 12 projectos activos no âmbito do 7º Programa Quadro.

4.3 - ANÁLISE FINANCEIRA

A análise que a seguir se apresenta sintetiza a situação patrimonial e financeira da instituição durante o ano de 2010 (Quadro VI).

A dívida total da instituição aumentou 51% relativamente a 2009, nomeadamente no que diz respeito a empréstimos bancários. Por outro lado, as disponibilidades financeiras reduziram-se substancialmente em virtude das transferências para os parceiros de um projecto, do qual somos coordenadores, das verbas respectivas e que ascendeu a cerca de 474.000 Euros. Assim, em 31 de Dezembro de 2010, a Dívida Líquida da instituição apresentava a seguinte estrutura:

Estrutura da Dívida	2010		2009		Δ 10/09	Δ % 10/09
	saldo	%	saldo	%		
Empréstimos Bancários	337.500	100,0%	223.200	100,0%	114.300	51,2%
Outros Empréstimos Obtidos						
Passivo remunerado	337.500	100,0%	223.200	100,0%	114.300	51,2%
Disponibilidades	108.748	32,2%	606.253	271,6%	-497.505	-82,1%
Dívida Líquida	228.752	67,8%	-383.053	-171,6%	611.805	-159,7%

Quadro VI

Este aumento da dívida resulta, como podemos observar a 31 de Dezembro, do aumento nos empréstimos bancários (+51%). A redução dos encargos financeiros líquidos, em virtude por um lado da redução dos encargos com a dívida e por outro, pelo aumento significativo dos rendimentos financeiros, nomeadamente relativos a diferenças de câmbio favoráveis, traduziu-se num aumento substancial do grau de cobertura dos juros pelo Cash Flow Operacional, passando de 8,19 para 79,39. Esta melhoria do Cash Flow Operacional, é pois fruto da melhoria no resultado operacional e da acentuada diminuição dos encargos financeiros líquidos.

Handwritten notes:
 A
 M
 P
 J

No Quadro VII e na Fig. 8 são apresentados alguns indicadores que ilustram a evolução da situação financeira da instituição ao longo dos últimos anos, embora deva ser tido em conta que a partir de 2009 a análise foi feita com base no SNC.

	2006	2007	2008	2009	2010
Liquidez geral	1,38	1,15	3,18	2,58	2,15
Autonomia Financeira	0,26	0,26	0,31	0,33	0,25
Investimento	679.127	399.802	285.213	292.516	528.561
Meios Libertos	269.471	180.007	210.103	200.107	353.893

Quadro VII

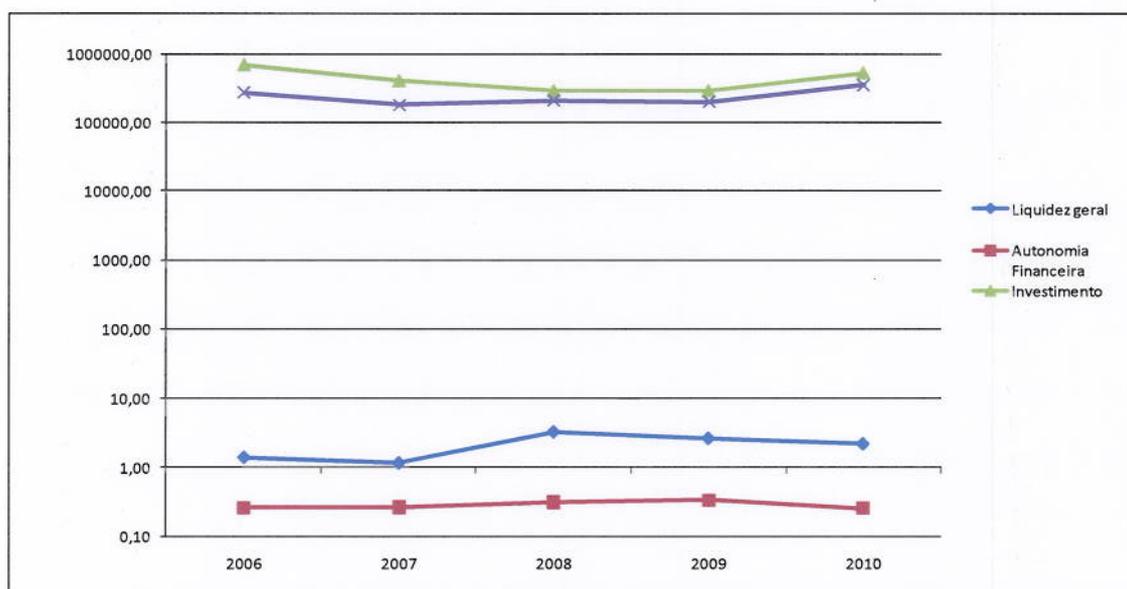


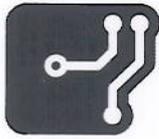
Fig. 8- Evolução de Alguns indicadores Financeiros no período 2006-2010

O rácio de Liquidez Geral indicia a tendência fortemente positiva do equilíbrio financeiro iniciada em 2005 e consolidada desde 2007, mostrando-nos que os passivos de curto prazo estão totalmente cobertos por activos que se esperam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período sensivelmente idêntico ao das dívidas de curto prazo.

A Autonomia Financeira, superior a 20%, que aumentou em 2006 em consequência do aumento do capital associativo, registou um decréscimo face ao período homólogo, mantendo-se no entanto num valor favorável à instituição aquando da análise dos rácios financeiros no âmbito de avaliação de candidaturas a projectos e a concursos públicos.

O investimento realizado em 2010 aumentou significativamente face ao ano anterior (81%;€ 236.046).

A par do aumento do Resultado Líquido, os Meios Libertos Líquidos aumentaram 77%, face a 2009, devido ao aumento das amortizações, indiciando uma melhoria na tesouraria da instituição, uma vez que representam os excedentes financeiros líquidos gerados pela exploração e por outras actividades.



Handwritten notes in blue ink:
Play
ou
A

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Já em Março de 2011, foi comunicada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) a possibilidade de renovação do estatuto de Laboratório Associado (LA) aos Laboratórios que obtiveram avaliação favorável, permitindo a assinatura do respectivo contrato num prazo apontado de cerca de trinta dias. Este compromisso assumido por despacho do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) de 23 de Março de 2011, será certamente crucial para fazer face às restrições orçamentais que entretanto se prevê que possam surgir.

Também em Março, foi assinado o Protocolo de Cooperação entre a Universidade do Porto (UP) e o INESC Porto que visa estabelecer a forma de comparticipação da UP para a execução financeira dos projectos a que concorreram em regime de parceria, no âmbito do QREN e de outros programas. Com este protocolo ficará assim salvaguardada a contrapartida financeira pela participação dos docentes universitários cedidos ao INESC Porto em projectos em que não são elegíveis os custos de recursos humanos cedidos genericamente por uma terceira entidade.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os Resultados Líquidos no valor € 18.984 transitem para a Conta de Resultados Transitados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final deste exercício, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento a todos quantos contribuíram para um melhor desempenho do nosso trabalho.

- Aos Associados, pelo constante acompanhamento da Instituição;
- Ao Conselho Fiscal, pela colaboração prestada;
- Às instituições bancárias que nos apoiaram;
- A todos os colaboradores do INESC Porto.

Porto, 11 de Abril de 2011



A Direcção

Professor Doutor José Manuel de Araújo Baptista Mendonça

Professor Doutor João Abel Peças Lopes

Engenheiro José Carlos Caldeira Pinto de Sousa

Professor Doutor Mário Jorge Moreira Leitão

Professor Doutor Vladimiro Henrique Barrosa Pinto Miranda

Handwritten notes:
le
m
P
Z

ANEXO

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA DE CÁLCULO
Grau de cobertura dos juros pelo Cash Flow Operacional	Cash-flow operacional / Encargos Financeiros Líquidos
Encargos Financeiros Líquidos	Juros e custos similares (68) - Juros e proveitos similares (78)
Gearing	Dívida Líq. / (Div. Líq.+ Capital Próprio)
Liquidez geral	(Activo Corrente) / (Passivo Corrente) ¹
Autonomia	Capitais Próprios/ Capitais Totais
Meios Libertos	Amortizações + Provisões + Resultados Líquidos - Subsídio Invest.

¹ Não inclui acréscimos e diferimentos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

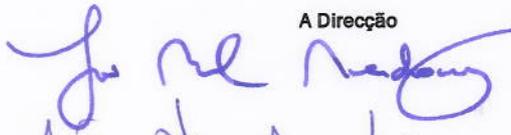
ENTIDADE: INESC PORTO

Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	NOTAS	DATAS	
		2010	2009
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	19	2.797.111	2.573.537
Subsídios à exploração	19	4.749.665	3.753.634
Fornecimentos e serviços externos	14	(4.480.460)	(3.702.694)
Gastos com o pessoal	15	(4.767.308)	(4.097.533)
Perdas de imparidade (aumentos/reduções)	8	(47.988)	-
Provisões (aumentos/reduções)	11	(54.606)	22.880
Outros rendimentos e ganhos	19	2.482.172	2.046.957
Outros gastos e perdas		(207.519)	(159.929)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		471.067	436.852
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(447.568)	(402.400)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		23.499	34.452
Juros e rendimentos similares obtidos	16	13.801	1.013
Juros e gastos similares suportados	16	(18.316)	(28.571)
Resultado antes de impostos		18.984	6.893
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		18.984	6.893

A Direcção


 António Augusto
 Cláudio HBP
 João Abel
 ...

O Técnico Oficial de Contas



Paula Isabel Faria (TOC 37 425)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

BALANÇO

ENTIDADE: INESC PORTO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Valores em Euros

ACTIVO	NOTAS	DATAS	
		2010	2009
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	668.580	763.787
Activos intangíveis	6	66.629	-
Participações financeiras	8	600.833	227.262
Subtotal		1.336.042	991.048
ACTIVO CORRENTE			
Clientes	9 e 18	2.020.895	1.226.945
Accionistas/Sócios	18	68.714	283.929
Outras contas a receber	5	2.524.335	1.512.607
Diferimentos	5	26.219	36.195
Caixa e depósitos bancários	4	108.748	606.253
Subtotal		4.748.912	3.665.929
Total do Activo		6.084.954	4.656.977
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Património Associativo	10	1.138.099	1.104.716
Resultados Transitados		32.294	25.400
Subsídio ao investimento		342.690	404.219
Subtotal		1.513.083	1.534.336
Resultado líquido do período		18.984	6.893
Total do Capital Próprio.....		1.532.067	1.541.229
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	61.920	7.314
Accionistas/Sócios	18	87.290	99.760
Subtotal		149.209	107.074
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	13 e 18	377.851	176.197
Adiantamento de Clientes	9	200.000	-
Estado e outros entes públicos	20	286.725	211.070
Accionistas/Sócios	18	12.470	24.940
Financiamentos obtidos	12	337.500	223.200
Outras contas a pagar	5	978.769	672.503
Diferimentos	5	2.210.362	1.700.764
Subtotal		4.403.678	3.008.674
Total do Passivo.....		4.552.887	3.115.748
Total do Capital Próprio e do Passivo.....		6.084.954	4.656.977

A Direcção

João Miguel António
Dr. João Miguel António
 Obediente de B.P. tirando
 João Miguel António

O Técnico Oficial de Contas

Paula Isabel Faria
 Paula Isabel Faria (TOC 37 425)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE: INESC PORTO

Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	DATAS	
	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes + relacionados com execução de projectos	7.644.161	6.851.167
Pagamentos a fornecedores	(2.504.102)	(1.759.946)
Pagamentos ao pessoal	(5.253.104)	(4.391.727)
Caixa gerada pelas operações		
Outros recebimentos/pagamentos	(93.047)	(152)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		
	(206.091)	699.342
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(339.748)	(327.498)
Activos intangíveis	-	(6.426)
Investimentos financeiros	(139.298)	(33.460)
Outros activos	(48.216)	-
Recebimentos provenientes de:		
Outros activos	62.445	-
Subsídio ao investimento	83.650	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		
	(381.167)	(367.384)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	114.300	115.455
Juros e gastos similares	(24.547)	(51.609)
Outras operações de financiamento	-	(27.601)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		
	89.753	36.245
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		
	(497.505)	368.203
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	606.253	238.050
Caixa e seus equivalentes no fim do período	108.748	606.253

A Direcção

O Técnico Oficial de Contas

Paula Isabel Faria (TOC 37 425)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2009

ENTIDADE: INESC PORTO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Valores em Euros

		Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa				Resultado Líquido	Total do capital próprio
		Capital realizado	Resultados transitados	Subsídio ao Investimento	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2009 EM POC	1	1.250.000	32.163	-	1.282.163	7.959	1.290.122
RECLASSIFICAÇÃO/AJUSTAMENTOS NO PERÍODO							
Aplicação resultado 2008		-	7.959	-	7.959	(7.959)	-
Capital subscrito não realizado		(175.346)	-	-	(175.346)	-	(175.346)
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	404.219	404.219	-	404.219
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras - adopção SNC		-	(14.722)	-	(14.722)	-	(14.722)
	2	(175.346)	(6.763)	404.219	222.111	(7.959)	214.152
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	-	-	6.893	6.893
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	(175.346)	(6.763)	404.219	222.111	(1.066)	221.045
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital		30.062	-	-	30.062	-	30.062
	5	30.062	-	-	30.062	-	30.062
POSIÇÃO NO FIM DE 2009	6=1+2+3+5	1.104.716	25.400	404.219	1.534.336	6.893	1.541.229

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2010

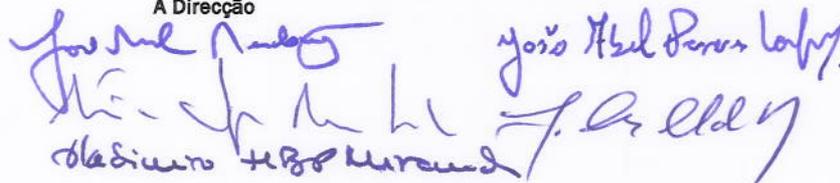
ENTIDADE: INESC PORTO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Valores em Euros

		Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa				Resultado Líquido	Total do capital próprio
		Capital realizado	Resultados transitados	Subsídio ao Investimento	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2010	1	1.104.716	25.400	404.219	1.534.336	6.893	1.541.229
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação resultado 2009		-	6.893	-	6.893	(6.893)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(61.530)	(61.530)	-	(61.530)
	2	-	6.893	(61.530)	(54.637)	(6.893)	(61.530)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	-	-	18.984	18.984
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	6.893	(61.530)	(54.637)	12.091	(42.546)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital		33.383	-	-	33.383	-	33.383
	5	33.383	-	-	33.383	-	33.383
POSIÇÃO NO FIM DE 2010	6=1+2+3+5	1.138.099	32.294	342.690	1.513.083	18.984	1.532.067

A Direcção



O Técnico Oficial de Contas



Paula Isabel Faria (TOC 37 425)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Plenhy' and a stylized 'J'.

1. Identificação da entidade

O INESC PORTO – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto, é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, constituída em 18 de Dezembro de 1998, com NIF 504 441 361 e património associativo de 1.250.000 Euros que tem como actividade principal a Investigação e Desenvolvimento.

Breve histórico

O INESC Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (“Instituto” ou “INESC Porto”) é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, que tem como actividade a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a transferência e integração de conhecimento, tendo como base as tecnologias de informação, telecomunicações e electrónica. O INESC Porto foi constituído em 18 de Dezembro de 1998 pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (“INESC”) em resultado de decisão tomada na Assembleia Geral do INESC em 7 de Maio de 1998.

Com efeitos a partir de 13 de Abril de 1999, o INESC transferiu para o INESC Porto a actividade desenvolvida pelo “Pólo do Porto”, a qual consiste na actual actividade do INESC Porto. Esta transferência foi concretizada sob a forma de um trespasse de estabelecimento.

No exercício de 1999, o INESC cedeu cinquenta unidades de participação do INESC Porto à Universidade do Porto, através de um protocolo assinado entre estas três entidades.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (“FEUP”) entrou como associada, através de um protocolo de cedência de créditos entre o INESC, a FEUP e o INESC Porto.

Em 1 de Março de 2002, por despacho do Ministro da Ciência e da Tecnologia foi atribuído o estatuto de Laboratório Associado.

Em 21 e 22 de Junho de 2006, o Conselho Geral do INESC Porto deliberou o aumento do património associativo para 1.250.000,00 Euros, por reforço do Património dos Associados existentes e por entrada de novos associados, a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto.

Com o modelo de crescimento definido a partir de 2007, o INESC Porto enquanto Laboratório Associado (LA), reconhecido pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT), alargou o estatuto a entidades ou Unidades de I&D externas. Neste novo modelo, o Laboratório de Inteligência Artificial e Apoio à Decisão (LIAAD) é o nome da nova Unidade de I&D que se associa ao INESC Porto LA. Em 2009, integrou no INESC Porto a Unidade de Robótica e Sistemas Inteligentes (ROBIS) que trabalha no desenvolvimento de conhecimento, concepção e implementação de soluções inovadoras nos domínios da robótica terrestre, robótica aquática, robótica industrial e dos sistemas inteligentes.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei N° 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2010.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)

O Instituto adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 - Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos, o Instituto preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

O Instituto alterou as demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com anterior referencial contabilístico em vigor em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade – “POC”), de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2010.

A seguir apresenta-se a reconciliação reportada a 01/01/2009 (data da transição para as NCRF) entre o capital próprio relatado segundo o anterior referencial contabilístico e o capital próprio segundo as NCRF.

NCRF 3	Reconciliação reportada a 01/01/2009	Activo	Capital Próprio			Passivo	Total do Capital Próprio e Passivo	
			Resultado 2008	Resultados transitados	Outras componentes do Capital Próprio			
	Posição em 01/01/2009 de acordo com o anterior referencial contabilístico	4.167.359	7.959	32.163	-	1.290.122	2.877.237	4.167.359
§ 14 (a)	Alterações de políticas contabilísticas							
	Subsídio ao Investimento	-	-	-	572.690	572.690	-	572.690
	Capital subscrito não realizado	(175.346)	-	-	-	(175.346)	-	(175.346)
	Desreconhecimento de activos	(14.723)	(6.277)	(8.445)	-	(14.723)	-	(14.723)
	Posição em 01/01/2009 de acordo com as NCRF	3.977.290	1.682	23.718	572.690	1.672.743	2.877.237	4.549.980

A seguir apresenta-se a reconciliação reportada a 31/12/2009 (final do último período relatado segundo o anterior referencial contabilístico) entre o capital próprio relatado segundo o anterior referencial contabilístico e o capital próprio segundo as NCRF, incluindo a reconciliação, o resultado relatado segundo o anterior referencial contabilístico relativo ao período de 2009 e o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período.

NCRF 3	Reconciliação reportada a 31/12/2009	Activo	Capital Próprio			Passivo	Total do Capital Próprio e Passivo	
			Resultado 2009	Resultados transitados	Outras componentes do Capital Próprio			
	Posição em 31/12/2009 de acordo com o anterior referencial contabilístico	4.820.424	7.398	40.122	-	1.297.521	3.522.903	4.820.424
§ 14 (a) e (b)	Alterações de políticas contabilísticas							
	Subsídio ao Investimento	-	-	-	404.219	404.219	(404.219)	-
	Capital subscrito não realizado	(148.220)	-	-	-	(145.284)	(2.936)	(148.220)
	Desreconhecimento de activos	(15.227)	-	(15.227)	-	(15.227)	-	(15.227)
	Amortização activo desreconhecido a 31/12/2009	-	(505)	505	-	-	-	-
	Posição em 31/12/2009 de acordo com as NCRF	4.656.977	6.893	25.400	404.219	1.541.229	3.115.748	4.656.977

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das

M. ...
Plafy

alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

As principais alterações devem-se ao desreconhecimento de activos intangíveis, patentes de acordo com a NCRF 6, do registo de capital subscrito e ainda não realizado pelos associados do INESC Porto e à reclassificação do subsídio ao investimento do passivo para o Capitais Próprios.

3. Principais Políticas Contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

- a) Activos intangíveis
Os activos intangíveis compreendem essencialmente o custo dos direitos de propriedade intelectual e o direito de superfície e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.
- b) Activos fixos tangíveis
Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição e são amortizados pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, dado ser entendimento da Direcção que essas taxas correspondem às vidas úteis dos activos fixos tangíveis.
- c) Investimentos financeiros
Os investimentos financeiros em empresas associadas foram registados pelo método de equivalência patrimonial até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o método de equivalência patrimonial foi interrompido em virtude da participação do Instituto nas suas associadas ter reduzido para menos de 20% do seu capital ou o seu valor não ser relevante, sendo que desde então os investimentos financeiros estão registados ao menor valor entre o seu custo de aquisição ou valor de realização.
- d) Ajustamentos para créditos de cobranças duvidosas
Os ajustamentos para créditos de cobranças duvidosas foram calculados com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes.
- e) Especialização de Exercícios
O INESC Porto regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e diferimentos.
- f) Subsídios ao Investimento
Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de activos tangíveis são registados em outras variações no capital próprio – subsídios e reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos proporcionalmente às amortizações dos activos tangíveis a que respeitem.
- g) Contabilização de subsídios à exploração
Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projectos nacionais e as participações da Comissão Europeia no âmbito da execução dos projectos europeus são registados na rubrica “Subsídios à Exploração” na parte correspondente à percentagem de financiamento dos custos incorridos durante o exercício em cada projecto independentemente do momento do recebimento dos subsídios, registando-se no passivo (diferimentos) os adiantamentos e no activo (outras contas a receber e a pagar) os montantes a receber.

Os rendimentos relativos a subsídios à exploração são reconhecidos apenas após a assinatura do contrato de incentivo ou de homologação do valor do incentivo pelas entidades financiadoras. Adicionalmente, o Instituto apenas reconhece como rendimento o montante estimado para o recebimento total do subsídio, calculado com base nas estimativas do nível de cumprimento das condições contratuais em função do qual o total do subsídio poderá variar.

h) Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

i. Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

ii. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

iii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

iv. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente *comissões bancárias*, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

i) Provisões

As provisões são registadas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

j) Imposto

Em 16 de Agosto de 2006, por despacho do Ministério das Finanças e da Administração Pública e publicação em Diário da República a 27 de Setembro de 2006, foi reconhecida a isenção de IRC a aplicar-se a partir de 19 de Junho de 2001, data em que o despacho do Primeiro-Ministro, de reconhecimento de pessoa colectiva de utilidade pública, foi publicado. Desta forma não se procedeu a estimativa de IRC no exercício de 2010.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, caso em que, dependendo das circunstâncias os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2007 a 2010 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. A Direcção do INESC Porto

entende que eventuais correcções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

k) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de Caixa

Caixa e depósitos bancários apresentam a saldo seguinte a 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
Rubricas	2010	2009
Depósitos Bancários		
<i>Depósitos à Ordem</i>	108.748	132.028
<i>Depósitos a prazo</i>	-	474.225
Total	108.748	606.253

5. Estimativas contabilísticas

As estimativas contabilísticas a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição.

DIFERIMENTOS		
Rubricas	2010	2009
Gastos a reconhecer	26.219	36.195
Rendimentos a reconhecer	(2.210.362)	(1.700.764)
<i>Estimativa Subsídios à exploração</i>	(1.738.589)	(1.666.627)
<i>Estimativa Serviços de I&D e Consultoria</i>	(445.660)	-
<i>Estimativas Diversos</i>	(26.113)	(34.137)

A rubrica de diferimentos – Estimativa de Subsídio à exploração, com o valor de 1.738.589 Euros refere-se ao montante adiantado pela Comissão Europeia e por entidades Públicas Nacionais relativas à execução dos projectos.

J
M
Plat
Z

OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR		
Rubricas	2010	2009
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.382.644	1.433.058
<i>Estimativa Subsídios à exploração</i>	2.087.767	1.168.250
<i>Estimativa Serviços de I&D e Consultoria</i>	294.877	264.808
Outros devedores e credores	141.691	79.549
IVA a regularizar	1.211	2.025
Outras contas a receber de Subsídio ao Investimento	110.979	62.514
Cauções	100	100
Diversos	29.401	14.910
Sub-total	2.524.335	1.512.607
Credores por acréscimos de gastos	(836.010)	(675.283)
<i>Estimativas Gastos com Pessoal</i>	(825.159)	(608.728)
<i>Estimativas Fornecimentos e Serviços Externos</i>	(10.851)	(66.555)
Outros devedores e credores	(142.759)	2.780
Universidade do Porto	(52.602)	-
Seguros	(20.738)	2.780
Complemento bolsa	(69.419)	-
Sub-total	(978.769)	(672.503)

A rubrica - devedores por acréscimo de rendimento - Estimativa de Subsídio à exploração, com o valor de 2.087.767 Euros, refere-se ao montante a receber da Comissão Europeia e de entidades Públicas Nacionais relativas à execução de projectos. Na rubrica credores por acréscimos de gastos - Estimativas de Gastos com Pessoal, estão inscritos os valores relativos Férias, Subsídio de férias e respectivos encargos com a segurança social, bem como prémios e remunerações complementares, vencidos a 31 de Dezembro de 2010 e que a essa data ainda não estavam pagos.

As contas a receber de subsídio ao investimento ascendem a 110.979 Euros e referem-se a um conjunto de activo fixo tangível cujo rendimento proporcional à respectiva amortização foi considerado nas contas e aguarda o seu recebimento.

Na rubrica - outros credores, está registada a dívida à Universidade do Porto correspondente ao direito de superfície, de acordo com o plano de pagamento acordado.

6. Activos intangíveis

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo intangível constantes do balanço e nas respectivas amortizações, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram como segue:

Handwritten notes in blue ink:
A
M
ra
Phy
F

ACTIVOS INTANGÍVEIS			
	Propriedade Industrial e outros direitos	Outros activos intangíveis - direito de	Total
Custo			
Saldo inicial	180.689	-	180.689
Aumentos	-	-	-
Saldo final	180.689	-	180.689
Amortizações e perdas por imparidade			
Saldo inicial	180.689	-	180.689
Aumentos	-	-	-
Saldo final	180.689	-	180.689
Valor líquido a 31.12.2009	-	-	-
Custo			
Saldo inicial	180.689	-	180.689
Aumentos	-	70.136	70.136
Saldo final	180.689	70.136	250.825
Amortizações e perdas por imparidade			
Saldo inicial	180.689	-	180.689
Aumentos	-	3.507	3.507
Alienações	-	-	-
Saldo final	180.689	3.507	184.196
Valor líquido a 31.12.2010	-	66.629	66.629

Durante o exercício de 2010, o INESC Porto adquiriu o direito de superfície cedido pela Universidade do Porto para a construção do novo Edifício - Infraestrutura tecnológica para a energia sustentável, cuja construção se prevê que inicie em 2011. A depreciação é feita de acordo com o período do direito superfície, ou seja, um total de 20 anos.

7. Activos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo fixo tangível constantes do balanço e nas respectivas amortizações, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram como segue:

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'J' and other illegible marks.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Custo						
Saldo Inicial	-	3.391.394	54.729	109.758	48.735	3.604.616
Aumentos	15.000	223.352	-	6.066	9.179	253.598
Alienações	-	3.019	-	-	-	3.019
Saldo final	15.000	3.611.727	54.729	115.824	57.914	3.855.194
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	2.544.413	46.639	56.649	42.953	2.690.654
Aumentos	300	374.473	8.089	12.527	7.010	402.400
Alienações	-	1.646	-	-	-	1.646
Saldo final	300	2.917.240	54.729	69.176	49.963	3.091.407
Valor líquido a 31.12.2009	14.700	694.487	-	46.649	7.951	763.787
Custo						
Saldo Inicial	15.000	3.611.727	54.729	115.824	57.914	3.855.194
Aumentos	67.280	254.263	-	22.031	5.280	348.854
Saldo final	82.280	3.865.991	54.729	137.855	63.194	4.204.048
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	300	2.917.240	54.729	69.176	49.963	3.091.407
Aumentos	1.646	409.105	-	31.026	2.284	444.061
Saldo final	1.946	3.326.345	54.729	100.202	52.248	3.535.469
Valor líquido a 31.12.2010	80.334	539.646	-	37.653	10.947	668.580

As aquisições de activo fixo tangível ascendem no exercício de 2010 a 348.854 Euros, sendo essencialmente constituídas por equipamento científico e laboratorial. Foram já contabilizados alguns investimentos com a construção do novo edifício, no valor de 67.280 Euros.

8. Participações financeiras

A rubrica de participações financeiras apresenta o seguinte detalhe:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Investimentos noutras empresas - Participações em sociedades comerciais

Nome da empresa	Valor da participação (31.12.2009)	Valor da participação (31.12.2010)	% Participação
FIBERSENSING - Serviços Avançados de Monitorização, S.A.	135.057	457.057	10,33%
Tomorrow Options - Microelectronics, S.A.	26.600	26.600	3,55%
XAREVISION, S.A.	2.705	2.705	5,41%
SmartWatt - Eficiência Energética e Microgeração, S.A.	5.000	-	0%
Audolici - Sistemas Electrónicos e Áudio, S.A.	27.900	83.221	49,50%
Prewind, Lda.	-	1.250	12,50%
	197.262	570.833	

Os aumentos da rubrica de Investimentos Financeiros – Partes de Capital em empresas participadas, totalizam o valor de 373.571 Euros referem-se essencialmente à transferência de 264.000 Euros de suprimentos para prestações acessórias e do aumento de 58.000 Euros da participação no capital da Fibersensing – Serviços

Avançados de Monitorização, SA. O aumento de 55.321 Euros na Audolici – Sistemas Electrónicos e áudio, S.A. refere-se ao reforço no capital.

Durante o exercício de 2010 procedeu-se ainda à alienação das acções da SmarWatt – Eficiência Energética e Microgeração, SA e a aquisição da participação na Prewind. Lda com um valor de 1.250 Euros e que representa uma participação de 12,5 %.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Investimentos noutras empresas - Participações em associações/Fundações

Nome da empresa	Valor da participação (31.12.2009)	Valor da participação (31.12.2010)	% Participação
Produtech	5.000	5.000	-
Fundação AEP	25.000	25.000	-
	30.000	30.000	

Apesar da Produtech e da Fundação AEP não serem sociedades comerciais, entendeu-se registar na conta investimentos financeiros, dada a importância destas participações para o INESC Porto como associado fundador, existindo a perspectiva que as parcerias com estas entidades gerem benefícios económicos futuros superiores ao valor da participação.

ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	31.12.2010			31.12.2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
ACTIVOS FINANCEIROS						
Clientes	2.068.883	47.988	2.020.895	1.226.945	-	1.226.945
Acionistas/Sócios	68.714	-	68.714	283.929	-	283.929
Outras contas a receber	2.524.335	-	2.524.335	1.512.607	-	1.512.607
Caixa e depósitos bancários	108.748	-	108.748	606.253	-	606.253
Total	4.770.680	47.988	4.722.692	3.629.734	-	3.629.734
PASSIVOS FINANCEIROS						
Fornecedores	377.851	-	377.851	176.197	-	176.197
Adiantamento de clientes	200.000	-	200.000	-	-	-
Estado e outros entes públicos	286.725	-	286.725	211.070	-	211.070
Acionistas/Sócios	99.760	-	99.760	124.700	-	124.700
Financiamentos obtidos	337.500	-	337.500	223.200	-	223.200
Outras contas a pagar	978.769	-	978.769	672.503	-	672.503
Total	2.280.605	-	2.280.605	1.407.670	-	1.407.670

J
M
ma
Plaf 7
F

9. Clientes

As rubricas clientes apresentam os seguintes saldos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

CLIENTES		
Rubricas	2010	2009
Clientes conta corrente	2.068.883	1.226.945
Clientes cobrança duvidosa	(47.988)	-
Total	2.020.895	1.226.945
Adiantamento de clientes	(200.000)	-
Total	(200.000)	-

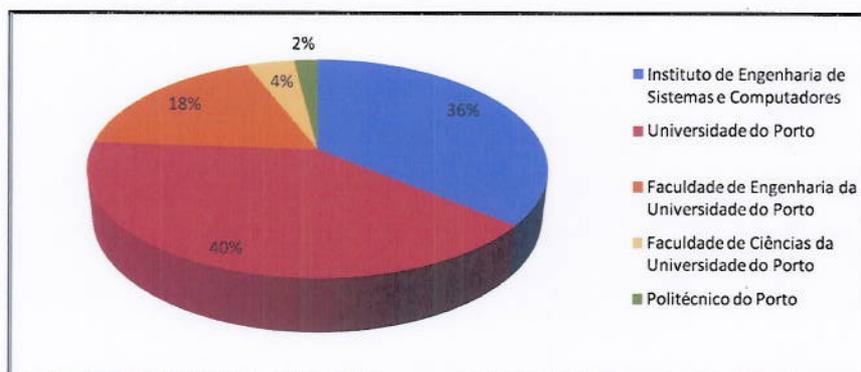
A rubrica de clientes conta corrente atingiu o valor de 2.068.883 Euros, justificado pelo grande volume de facturação verificado no mês de Dezembro.

IMPARIDADES		
Rubricas	2010	2009
Imparidade dividas a receber	47.988	-
	47.988	-

A imparidade registada no valor de 47.988 Euros refere-se a um conjunto de dívidas de clientes em mora há mais de 1 ano.

10. Capital

Em 31 de Dezembro de 2010, o património associativo tinha a seguinte composição, em valor subscrito e percentagem:



Handwritten notes and signatures in blue ink, including 'Platy' and other illegible marks.

CAPITAL - PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO

Nome da empresa	Valor subscrito	Realizado	%
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	450.000	450.000	36,00%
Universidade do Porto	500.000	412.404	40,00%
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	225.000	225.000	18,00%
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	50.000	28.913	4,00%
Politécnico do Porto	25.000	21.782	2,00%
	1.250.000	1.138.099	100,00%

11. Provisões

A rubrica de provisões apresenta a 31 de Dezembro de 2010 a seguinte decomposição

PROVISÕES			
Rubricas		2010	2009
	Saldo inicial	7.314	30.195
Provisões p/ outros riscos		54.606	(22.880)
		61.920	7.314

A provisão para outros riscos e encargos constituída no valor de 54.606 Euros, teve por base 50% das responsabilidades existentes à data de 31 de Dezembro de 2010 com a associada AUDOLICI.

12. Financiamentos bancários obtidos

Apresenta-se o saldo dos financiamentos bancários a 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS			
Banco		2010	2009
Caixa Geral de Depósitos		187.500	223.200
Millennium bcp		150.000	-
	Total	337.500	223.200

Estes financiamentos reportam-se a utilizações pontuais das contas caucionadas em situações de necessidade de tesouraria e vencem juros à taxa normal de mercado.

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the word 'Plano'.

13. Fornecedores

As rubricas - fornecedores, apresentam os seguintes saldos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

FORNECEDORES		
Rubricas	2010	2009
Fornecedores conta corrente	297.597	153.975
Fornecedores de investimentos	80.254	22.222
Total	377.851	176.197

A rubrica fornecedores conta corrente apresenta a 31 de Dezembro de 2010 um saldo de 297.597 Euros e a de fornecedores de investimento um valor de 80.254 Euros, que representam o montante dos créditos entre 30 a 60 dias concedidos pelos fornecedores.

14. Fornecimento e serviços externos

A rubrica - Fornecimento e serviços externos, apresentam os seguintes saldos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Rubricas	2010	2009
Subcontratos	25.725	28.212
Serviços Especializados	3.232.936	2.674.961
Materials	198.631	102.719
Energia e Fluídos	82.228	66.650
Deslocações e estadas	443.266	341.924
Serviços Diversos	497.674	488.229
Total	4.480.460	3.702.694

O valor reportado em serviços especializados, inclui a cedência de meios humanos pela Universidade de Porto, de acordo com protocolo, necessários à prossecução dos objectivos do Instituto.

15. Gastos com pessoal

Apresenta-se o quadro global dos indicadores de Recursos Humanos activos em 31 de Dezembro de 2010, com um total de 481 colaboradores com os seguintes tipos de ligação, docentes, contratados, bolseiros e estagiários. A tabela a seguir apresentada para além da divisão dos tipos de ligação na estrutura organizativa, contempla também o ciclo de estudos, o género e a nacionalidade de cada colaborador.

Handwritten notes:
Plot 7
7

Estrutura Organizativa Interna		Tipo de Ligação														Total Global	
		Recursos Humanos Integrados													Estudantes Formação Inicial		
		I&D									Estrutura (Central e		Convidados I&D	Colaboradores I&D			
		Contratados			Bolsseiros e Estagiários						Contratados	Bolsseiros e Estagiários					
Contratados (ligação base)	Contratados Doutorados	Docentes Ensino Superior	Bolsseiros INESCP	Bolsseiros INESCP / Proj	Bolsseiros FCT	Estagiários Profissionais	Estagiários Formação Avançada	Outros	Bolsseiros e Estagiários	Bolsseiros e Estagiários			Bolsseiros Iniciação Investigação	Estagiários Formação Inicial			
I&D		25	16	114	35	81	59	0	22	6	14	0	4	38	0	25	439
Estrutura Central		0	0	6	1	0	0	0	0	0	33	1	0	0	0	1	42
Total Global		25	16	120	36	81	59	0	22	6	47	1	4	38	0	26	481
Ciclo Estudos	3º Ciclo	0	16	101	1	1	2	0	0	1	0	0	3	19	0	0	144
	2º Ciclo	24	0	19	26	62	58	0	21	5	26	0	1	19	0	0	261
	1º Ciclo	0	0	0	8	16	0	0	0	0	2	1	0	0	0	19	46
	Outros Níveis	1	0	0	1	2	0	0	0	0	19	0	0	0	0	7	30
Género	Masculino	21	15	104	31	68	48	0	16	3	16	0	4	32	0	22	380
	Feminino	4	1	16	5	13	12	0	5	3	31	1	0	6	0	4	101
Nacionalidade	Portuguesa	25	10	117	27	64	45	0	13	2	46	1	2	38	0	25	415
	UE / EEE / Suíça	0	2	2	1	5	0	0	3	0	0	0	1	0	0	0	14
	Brasileira	0	1	1	4	2	6	0	1	4	0	0	0	0	0	0	19
	Outra	0	3	0	4	10	9	0	4	0	1	0	1	0	0	1	33

A seguir apresenta-se um resumo do número de colaboradores por tipo de ligação

Tipo de Ligação			nº de colaboradores	
			2010	2009
RH Integrados	I&D	Contratados	41	45
		Docentes Ensino Superior	120	108
		Bolsseiros e Estagiários	204	115
Estrutura	Contratados	47	49	
	Bolsseiros e Estagiários	1	0	
Convidados e Colaboradores I&D			42	38
Estudantes Formação Inicial			26	48
Total Global			481	403

A 31 de Dezembro de 2010 o Instituto conta com 120 Docentes do Ensino Superior, 88 Contratados e 205 Bolsseiros e Estagiários de I&D. Os gastos com pessoal a seguir apresentados, dizem essencialmente respeito a contratados, bolsseiros e estagiários, e correspondem à totalidade dos encargos. Face ao período homólogo verifica-se um acréscimo no número de colaboradores devidos ao aumento do número de bolsseiros e estagiários de I&D e docentes do ensino superior.

Handwritten notes:
A
m
Planif.
J

GASTOS COM PESSOAL		
Rubricas	2010	2009
Ordenados	2.308.667	2.150.981
Subsídio Férias	201.412	219.811
Subsídio Natal	183.957	172.051
Subsídio Refeição	146.227	136.053
Encargos Segurança Social		
<i>Contratados</i>	530.177	502.948
<i>Bolseiros</i>	41.401	32.194
Seguros		
<i>Acidentes profissionais</i>	15.375	14.203
<i>Saúde</i>	40.600	37.218
Medicina Trabalho	6.018	4.359
Prémios	242.385	186.566
Bolsas	1.003.117	597.913
Estágios	47.972	43.235
Total	4.767.308	4.097.533

16. Gastos financeiros líquidos

Os gastos financeiros do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 ocorreram como a seguir se apresenta;

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		
Rubricas	2010	2009
Juros suportados	3.388	4.987
Diferenças de câmbio	85	9.295
Outros gastos e perdas de financiamento	14.843	14.289
Serviços bancários	12.082	11.895
Garantias bancárias	2.761	2.394
Total	18.316	28.571

Os juros de financiamento de 3.388 Euros reportam-se a pequenos períodos em que ocorreram utilizações de financiamento de curto prazo, registando-se um valor mais significativo dos serviços bancários que ascendem a 12.082 Euros.

JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES		
Rubricas	2010	2009
Juros suportados	1.391	933
Diferenças de câmbio	12.410	79
Total	13.801	1.013

17. Contingências (Garantias)

Em 31 de Dezembro de 2010, tinham sido prestadas garantias bancárias por conta do Instituto como segue:

GARANTIAS BANCÁRIAS			
Beneficiário	Valor	Banco emissor	Motivo de garantia
Direcção Geral de Energia	1.500	Millennium bcp	Execução do contrato
Comissão Europeia	91.825		Adiantamento do contrato
Universidade do Porto	6.500		Execução do contrato
Parque escolar E.P.E	13.185		Execução do contrato

O valor total de garantias ascende a 113.010 Euros e foram emitidas pelo Millennium BCP. A Comissão Europeia e alguns clientes exigem, em alguns projectos ou contratos de prestação de serviços, uma garantia bancária para o adiantamento do contrato que habitualmente libertam após a execução do 1º ano.

18. Partes relacionadas

Pelas transacções efectuadas entre o INESC Porto e os seus associados, apresentam o seguinte saldo a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

EMPRESAS ASSOCIADAS						
Nome da Empresa	Capital não realizado	Empréstimos	Empréstimos	Cliente	Fornecedor e outros contas a pagar	
		Sócios m.l.p	Sócios c.p.		Conta corrente	Conta corrente
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	-	87.290	12.470	12.279	-	-
Universidade do Porto	87.597	-	-	37.389	52.844	-
2010 Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	-	-	-	-	2.650	-
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	21.087	-	-	-	808	-
Politécnico do Porto	3.218	-	-	-	-	-
Saldo a 31.12.2010	111.902	87.290	12.470	49.668	56.302	-
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	-	99.760	24.940	57.332	40.295	-
Universidade do Porto	109.296	-	-	120.120	89	-
2009 Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	-	-	-	-	327	-
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	23.137	-	-	6.000	1.044	-
Politécnico do Porto	12.851	-	-	-	-	-
Saldo a 31.12.2009	145.284	99.760	24.940	183.452	41.755	-

O valor 87.290 Euros na conta empréstimos sócios médio e longo prazo, refere-se à participação cedida pelo INESC à Universidade do Porto aquando a constituição do INESC Porto. De acordo com o protocolo assinado entre o INESC Porto, o INESC e a Universidade do Porto, aquele montante será pago ao INESC Porto durante 20 anos, sem vencimento de juros. Simultaneamente, o INESC Porto reembolsará o INESC daquele montante no mesmo prazo.

Pelas transacções efectuadas entre o INESC Porto e as empresas participadas, apresentam o seguinte saldo a 31 de Dezembro de 2010

Handwritten notes:
A
ma
Paly.
1

EMPRESAS PARTICIPADAS

	Nome da Empresa	Empréstimos Participadas	Cliente
		Saldo devedor	Conta corrente
2010	FIBERSENSING - Serviços Avançados de Monitorização, S.A.	-	224.625
	XAREVISION, S.A.	37.944	34.880
	Audolici - Sistemas Electrónicos e Áudio, S.A.	25.990	-
	Tomorrow Options - Microelectronics, S.A	4.780	-
	Saldo a 31.12.2010	68.714	259.505
2009	FIBERSENSING - Serviços Avançados de Monitorização, S.A.	264.000	161.225
	XAREVISION, S.A.	19.929	-
	Audolici - Sistemas Electrónicos e Áudio, S.A.	-	20.100
	Saldo a 31.12.2009	283.929	181.325

19. Rendimentos

A rubrica rendimentos apresenta a seguinte decomposição a 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

RENDIMENTOS

Rubricas	2010	2009
Prestação de Serviços	2.797.111	2.573.537
Subsídios à Exploração	4.749.665	3.753.634
<i>Subsídios do Estado</i>	3.232.112	2.881.702
<i>Subsídios de Outras Entidades</i>	1.517.553	871.932
Outros rendimentos	2.482.172	2.046.957
Rendimento Imputação Docentes	1.710.756	1.808.344
Projectos IES Associadas	433.589	-
Imputação Subsídio ao Investimento	215.253	186.305
Outros	122.575	52.308

Os subsídios à exploração Nacionais e Europeus no montante de 4.749.665 Euros e os serviços de consultoria de I&D reflectidos na conta Prestação de serviços no valor de 2.797.111 Euros são os principais rendimentos da actividade do INESC Porto.

A rubrica outros rendimentos no valor de 2.482.172 Euros refere-se maioritariamente à imputação da actividade dos docentes do ensino superior nas actividades do INESC Porto, com base nos protocolos com as respectivas Instituições de Ensino Superior.

20. Outras informações

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica Estado e outros entes públicos tinham o seguinte saldo:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
Rubricas	2010	2009
Imposto sobre o Valor Acrescentado	179.117	78.534
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - Retenção na Fonte	48.461	66.802
Contribuições para a Segurança Social	59.147	65.734
	286.725	211.070

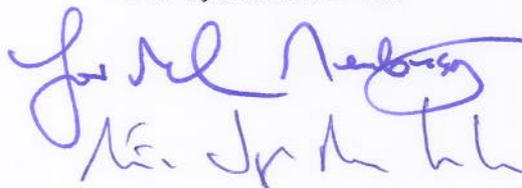
De acordo com o n.º 2 do artigo 12º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de Dezembro, e com o Plano Nacional de Actividades de Inspeção Tributária, o INESC Porto esteve durante o ano 2009, em acompanhamento permanente pela Direcção de Finanças do Porto donde resultou no ano 2010 num procedimento de inspeção ao IVA em que não resultaram quaisquer actos tributários ou em matéria tributária desfavorável.

À data de 31 de Dezembro de 2010 não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

21. Acontecimentos após a data de balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeira não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A Direcção do INESC Porto


João Abel Pereira
Obediente HBB durante
João Abel Pereira
J. A. P.

O Técnico Oficial de Contas



Paula Isabel Faria (37425)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Aos Associados do
INESC Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do INESC Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (“Instituto”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais são da responsabilidade da Direcção.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade do Instituto, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direcção e dos diversos serviços do Instituto as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2010 preparado pela Direcção e da proposta de aplicação de resultados nele incluída e analisámos a Certificação Legal das Contas, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, vogal deste Conselho, a qual inclui nos seus parágrafos 5 e 6 duas ênfases e que mereceu o nosso acordo e que se dá aqui por integralmente reproduzida.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Carta de Recomendações emitida pelo Revisor Oficial de Contas, à qual damos a nossa concordância.

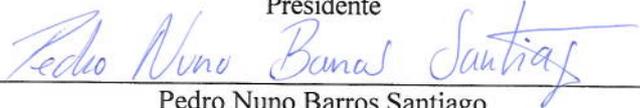
Face ao exposto, entendemos que, tendo em consideração o descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas e apesar do descrito no parágrafo 6 da mesma, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Conselho Geral.

Desejamos ainda manifestar à Direcção e aos serviços do Instituto o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

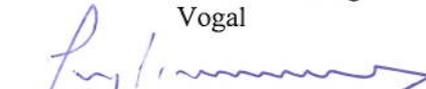
Porto, 13 de Abril de 2011



Miguel Nuno da Cruz Brito Pereira
Presidente



Pedro Nuno Barros Santiago
Vogal



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves
Vogal

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do INESC Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (“Instituto”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 6.084.954 Euros e capitais próprios de 1.532.067 Euros, incluindo um resultado líquido de 18.984 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do INESC Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (ver parágrafo 5 abaixo).

Página 2 de 2

Ênfases

5. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, o Instituto adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”) para as NCRF, o Instituto seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – “Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF. Na preparação das demonstrações financeiras anexas incluiu-se na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.
6. Em 31 de Dezembro de 2010, o Instituto evidencia nas suas demonstrações financeiras uma exposição à empresa participada Fibersensing – Sistemas Avançados de Monotorização, S.A. no montante de 681.682 Euros (560.282 Euros em 31 de Dezembro de 2009), distribuído pela rubrica do activo não corrente “Participações financeiras”, no montante de 457.057 Euros, e pela rubrica do activo corrente “Clientes”, no montante de 224.625 Euros. Aquela participada tem vindo a apresentar nos últimos anos resultados operacionais e líquidos negativos, embora tenha observado uma melhoria nos mesmos em 2010 face a 2009, e a Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2010, emitida por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inclui uma ênfase relacionada com a aplicabilidade das disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, bem como sobre a continuidade da suas operações, referindo que a mesma depende do apoio financeiro dos seus accionistas e da melhoria da sua rentabilidade. A Direcção do Instituto não registou qualquer imparidade sobre aqueles activos, dado entender que, com base no plano de negócios preparado por aquela participada, os mesmos serão integralmente recuperados.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 11 de Abril de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves